

## DESENVOLVIMENTO DA PESCA INDUSTRIAL SEDIADA EM RIO GRANDE: UMA VISÃO HISTÓRICA SOB A ÓTICA DE ATORES PRIVILEGIADOS

THE DEVELOPMENT OF INDUSTRIAL FISHERIES BASED IN RIO GRANDE: AN HISTORICAL PERSPECTIVE FROM THE ACTORS' VIEWPOINT

Manuel Haimovici <sup>1</sup>, Jorge Pablo Castello <sup>1</sup>, Patrizia Raggi Abdallah <sup>2</sup>

**RESUMO:** A pesca industrial sediada em Rio Grande teve seu apogeu na década de 1970 seguido de um longo declínio. Com o objetivo de reconstruir as últimas décadas de sua história e explicar seu estágio atual, foram identificados os fatores ecológicos, tecnológicos, sociais, econômicos e políticos que contribuíram nesse processo. A pesquisa se baseou em entrevistas com empresários, administradores, sindicalistas, mestres de pesca e pescadores, considerados observadores ou atores privilegiados devido ao seu envolvimento de décadas com a pesca, e complementados com a análise de documentos publicados e não publicados e trabalhos acadêmicos. Até a década de 1950 a maior parte da produção era destinada à salga e comercializada no sudeste e nordeste. A pesca industrial se inicia em 1947 sobre recursos costeiros e se desenvolve com base nas capturas em águas do Uruguai e da Argentina, focando a produção de peixe congelado para o mercado interno e exportação. Incentivos fiscais levaram ao aumento da capacidade de pesca e de processamento pouco antes da extensão do mar territorial. Esta externalidade foi difícil de prever tanto pela indústria como pelo governo brasileiro. Os recursos demersais pescados no sul do Brasil não foram suficientes para sustentar a atividade pesqueira de uma frota e instalações industriais dimensionadas para outra escala de produção e com um forte interesse na exportação. A posição geográfica de Rio Grande, no extremo sul do país, vantajosa por ser mais próxima aos pesqueiros do Uruguai e da Argentina, tornou-se menos adequada que a de Itajaí no centro da região sudeste-sul e mais próxima dos grandes mercados consumidores. Este fator foi particularmente importante juntamente com as mudanças nos padrões de consumo, que determinam maiores preços para o pescado fresco em relação ao congelado. A indústria pesqueira de Santa Catarina, por estar fortemente baseada em recursos pesqueiros pelágicos como sardinha, atuns e bonitos pescados em águas brasileiras, sofreu menos com o decréscimo na pesca de recursos demersais e se consolidou como o polo pesqueiro da região sudeste-sul.

**Palavras chave:** pesca industrial, evolução da pesca, Brasil

---

1. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Instituto de Oceanografia, Caixa Postal 474, Rio Grande – RS, 96203-900, Brasil, e-mail docmhm@furg.br

2. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis.

**ABSTRACT:** Industrial fishing based in Rio Grande had its maximum development in the 1970's; after that, there was a long decline. This study aims at reconstructing the last decades of its history and explaining its present situation by identifying its ecological, technological, social, economic and political factors. Entrepreneurs, ship owners, unionists, skippers and fishermen were interviewed. Besides, published and unpublished documents were analyzed. Before the 1950's, most of the fish landed in Rio Grande was salted and marketed in the southeastern and northeastern Brazil. Industrial fishing in the sea with bottom trawlers began in 1947, initially, in coastal waters nearby and ended up extending to Uruguayan and Argentinian coastal waters in the following years. Production shifted from salted to frozen fish, marketed both in the national market and for export. Fishing and processing capacity increased with fiscal incentives shortly before the establishment of economic exclusive zones, firstly in Argentina and shortly afterwards, in Uruguay. Neither entrepreneurs nor the government could foresee this externality. The resources in southern Brazil were not sufficient to sustain the large fleet and the processing facilities, which had been designed for a large production scale. The geographical location of Rio Grande, near the fishing grounds of Uruguay and Argentina, is less adequate than Itajaí, which is nearer large markets in the southeastern region. This fact was particularly important regarding the changes from frozen to fresh fish in the consumers' preferences. Furthermore, the fishing industry in Santa Catarina, strongly based on pelagic resources, such as sardine, tuna and bonitofished in Brazilian waters, suffered less with the reduction in the stocks of demersal fishes and became the main fishing center in southern and southeastern Brazil.

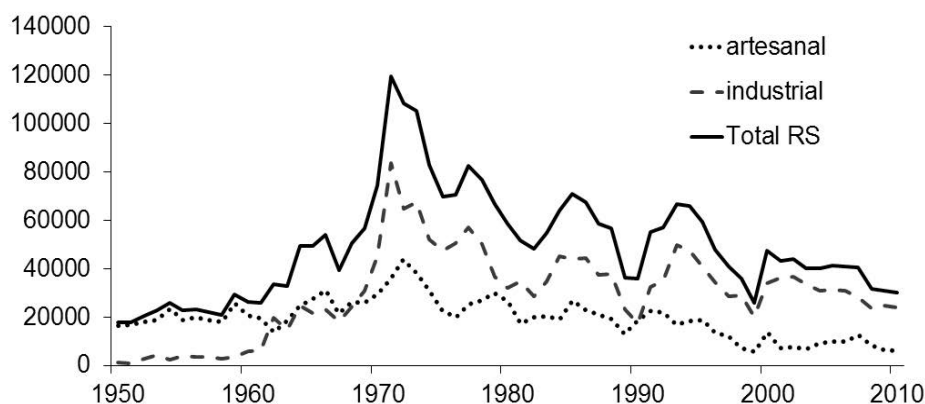
**Key words:** large scale fisheries, evolution, history, Brazil

## INTRODUÇÃO

No estado do Rio Grande do Sul o principal polo pesqueiro marinho e estuarino se localiza na região sul, ao longo da desembocadura da Lagoa dos Patos, onde se localizam as cidades de São Jose do Norte, São Lourenço, Pelotas e Rio Grande. As primeiras são ponto de desembarque da pesca de pequena escala, e a maior parte da pesca industrial se concentra em Rio Grande.

A pesca industrial no Rio Grande do Sul começou após a segunda grande guerra (Yesaki & Bager, 1975). Nas décadas de 1960 e 1970, o número de indústrias de pescado aumentou substancialmente.

Segundo um estudo elaborado pelo Departamento de Estudos Econômicos do Centro de Indústrias de Rio Grande (Cirg) e o Departamento de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Fundação Universidade do Rio Grande (Furg) no seu auge em 1979, o parque industrial pesqueiro tinha mais de 15 empresas com instalações industriais e uma frota de 26 barcos sediada em Rio Grande. Gerava cerca de 17.000 empregos diretos e a manipulação de aproximadamente 125.000 toneladas de pescado (Cirg, 1980). A década seguinte marcou o início da retração da atividade pesqueira industrial em Rio Grande e no início da década de 2000 restavam apenas quatro indústrias



**Figura 2.1.** Desembarques da pesca artesanal e industrial no porto de Rio Grande no período 1945 – 2009 (fonte: Ceperg/Ibama).

de grande porte: Leal Santos S.A., Torquato Pontes S.A., Albano de Oliveira S.A. e Junção Pescados S.A. Apenas as duas primeiras persistem em 2011.

Os desembarques da pesca industrial em Rio Grande sofreram um ciclo, com o apogeu em 1971 com 83.698 t e um posterior declínio para 24.721 t em 2009 (Ceperg/Ibama) (**Figura 2.1**).

Várias causas apontaram para o declínio da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul. O fechamento do acesso aos recursos pesqueiros de águas uruguaias e argentinas, a sobrepesca das principais espécies-alvo, políticas equivocadas de estímulo à pesca, mudanças nos padrões de consumo, falta de dinamismo dos empresários locais e perda de vantagens comparativas com outros polos pesqueiros, estão entre as principais.

O objetivo proposto neste capítulo foi analisar a evolução da pesca industrial de Rio Grande, registrando aspectos econômicos, sociais e políticos e da exploração dos recursos pesqueiros ocorridos ao longo das últimas seis décadas para identificar os principais fatores que determinaram seus ciclos de crescimento e posterior retração.

## MATERIAL E MÉTODOS

O enfoque adotado foi conjugar a análise de documentos e trabalhos acadêmicos com uma série de entrevistas realizadas com atores representativos e privilegiados dado o seu envolvimento histórico com a atividade pesqueira no município.

A pesca de caráter industrial como atividade econômica, que denominaremos sistema pesqueiro industrial ou setor pesqueiro, inclui quatro etapas: a captura de pescado, o desembarque e beneficiamento para o transporte, a industrialização e a comercialização. Nem todas as empresas pesqueiras atuaram em todas as etapas citadas. Definimos como empresas “completas” as que integraram pelo menos captura, industrialização e comercialização, seja para o mercado interno ou para exportação. Em geral, estas empresas também prestam serviços de beneficiamento, fabricação de gelo e algumas possuíam plantas de produção de farinha e óleo de pescado.

Entre 2004 e 2011 foram entrevistados 12 profissionais, incluindo industriais, armadores, mestres tripulantes e gestores públicos. As entrevistas abertas, em sua maioria, ocorreram entre os anos de 2004 e 2006 e complementadas em 2011.

O público-alvo destas entrevistas era composto de empresários, administradores, sindicalistas e pescadores considerados observadores ou atores privilegiados por seu envolvimento de décadas com a pesca. As entrevistas iniciaram com uma exposição breve sobre o objetivo central de recapitular, através da narrativa dos entrevistados, a história da atividade pesqueira industrial sediada em Rio Grande e compreender as razões que levaram à crise atual do setor. A seguir foram realizadas perguntas previamente elaboradas, relacionadas aos objetivos do trabalho e sobre os quais foi considerado que os entrevistados dispunham de informação e conhecimento. Algumas das perguntas foram realizadas a todos os entrevistados e outras eram específicas da área de atuação de cada um deles. Após cada entrevista foi elaborado um relatório descritivo a partir dos apontamentos de um dos entrevistadores e completado com os dos restantes.

## RESULTADOS

### ORIGEM DAS EMPRESAS DE PESCA, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

#### A pesca empresarial no século XIX

A atividade pesqueira industrial em Rio Grande, que envolve o processamento, a conservação e a embalagem de produtos pesqueiros para o consumo regional, nacional e até internacional iniciou no século XIX, baseada nas técnicas de salga trazidas pelos imigrantes portugueses. Von Ihiering em artigo publicado na Alemanha em 1885 e traduzido por Odebrecht (2003) relata que na época em que residiu em Rio Grande existiam quatro ou cinco grandes companhias que salgavam e acondicionavam o pescado ou camarões em barris e tonéis. Estes eram enviados de barco a vapor para Montevideu e Rio de Janeiro e em barcos à vela para a Bahia e Pernambuco. Os principais recursos industrializados salgados eram miragaia (*Pogonias cromis*), tainhas (*Mugil spp*), bagres (*Genidens spp*), pejerebas (*Lobotes surinamensis*) e camarões (*Farfantepenaeus paulensis*), e os enlatados eram linguado *Paralichthys orbignyanus* e tainhas. Outros produtos industrializados eram a gordura da cabeça e vísceras dos bagres, utilizados para trabalhar o couro e as bexigas natatórias dos bagres que, após limpas e secas, eram exportadas para os Estados Unidos onde eram utilizadas na fabricação de cola



**Figura 2.2.** Anchova salgada empilhada para as vendas de Semana Santa (foto Albano de Oliveira).

de peixe. Von Ihering, sem tecer maiores detalhes, também se refere à abertura de uma fábrica de conservas que utilizaram tainha e linguado para o mercado mais popular.

Foram identificadas duas vertentes principais na origem do setor empresarial pesqueiro de Rio Grande: as empresas familiares originárias da comercialização de produtos agrícolas e de peixe salgado, e as oriundas de diversificação de atividades por parte de indústrias atuando em outros setores. Posteriormente, surgiram empresas originárias da comercialização de pescado fresco que incorporaram embarcações e plantas de beneficiamento e processamento.

### **Empresas de origem familiar**

Um grande número de indústrias de pescado de Rio Grande foi fundada por imigrantes portugueses inicialmente pescadores, que passaram da comercialização de produtos agrícolas para a de pescado salgado nas primeiras décadas do século XX (**Figura 2.2**). Entre estas empresas, citam-se Albano de Oliveira, Figueiredo, Ballester, Dourado, Furtado, Siqueira (Joqueira), Manuel Pereira de Almeida, Cunha Amaral e Torquato Pontes que, através do comércio da cebola, tinham os contatos das redes de distribuição.

A comercialização do peixe salgado aproveitou os canais de comercialização do charque para o Nordeste, enviado em navios de cabotagem para atender, principalmente, à demanda da Semana

Santa. Ao longo dos anos, a produção adquirida de pequenas salgas foi insuficiente para atender a demanda e as empresas estabeleceram suas próprias salgas. Os navios mistos do Lloyd Brasileiro e da Companhia Costeira Brasileira eram os mais utilizados para esse transporte. A criação do Centro de Indústrias de RG (Cirg), em 1956, foi muito influenciada pelo comércio de pescado salgado para o Nordeste tendo inicialmente como missão principal a organização da distribuição dos espaços em porões refrigerados de navios para o transporte de produtos. Algumas destas empresas investiram no processo de industrialização de pescado e aquisição de barcos com fundos dos incentivos fiscais originários do decreto lei Nº 221 de 1967.

### **Empresas de origem industrial**

Três empresas importantes tiveram esta origem. A Leal Santos, firma portuguesa tradicional que fabricava biscoitos, chegou ao Brasil em 1889. Era uma empresa de maior porte cujo foco, até 1955, era a produção de peixe salgado e enlatado. Atendia aos mercados de produtos populares sucedâneos da sardinha como savelha (*Brevoortia pectinata*) e castanha (*Umbrina canosai*) enlatada com molho de tomate, entre o Estado de Espírito Santo e o nordeste do Brasil. Entre 1947 e 1952 essa empresa adquiriu vários barcos, e em 1955 um frigorífico, começando a produzir congelados, e instalando também uma fábrica de farinha de pescado.

Em 1967 o grupo Ipiranga, utilizando recursos da renúncia fiscal que podiam ser deduzidos do IR (decreto 221) adquire essa empresa e cria a Isapeixe. Nesses anos são encomendados barcos de maior porte na Alemanha (2) e em Itajaí (4) para a pesca da merluza em águas do Uruguai e Argentina. Em 1970 incorpora a planta instalada na 4ª Seção da Barra, construída pela firma Wigg, da família Veloso. Na segunda metade dos anos 1970 o fornecimento de matéria prima foi diminuindo e a planta da Isapeixe no porto novo acabou sendo desativada em 1980. Nesse ano dá-se início aos projetos alternativos para diversificação da atividade: os arrendamentos de barcos atuneiros japoneses, a transformação dos barcos em camaroeiros para a pesca no Norte e a pesca dirigida ao bonito (*Katsuwonus pelamis*) com vara e isca viva, para a qual a Isapeixe adquiriu 4 barcos japoneses novos. Em 1994, a Ipiranga abandona a diversificação de investimentos e vende à Leal Santo, que passa por outros diversos controladores nacionais e estrangeiros.

Em 1952, Gaspar Renner, controlador do Frigorífico Renner, adquiriu uma planta em construção em Rio Grande e fundou a Indústria Brasileira de Peixe, que posteriormente passou a se chamar Pescal S.A, e investiu na compra de barcos e instalações terrestres, adquirindo no exterior equipamentos para a fabricação de gelo, farinha de pescado, fileteamento, etc. A Pescal tornou-se líder nacional no emprego do congelamento na indústria pesqueira, adquirindo inclusive um navio frigorífico próprio.

Na segunda metade de década de 1970, esta empresa optou por deixar de possuir navios próprios e passou a adquirir peixe de outros armadores, além de importar peixe "in natura" de Argentina e Uruguai. O frigorífico Renner vendeu o controle acionário no final da década de 1970. A empresa passou a depender de peixe importado e na década seguinte começou a ter dificuldades em manter a capacidade operacional em função da diminuição da disponibilidade de matéria prima. A partir de 1998, reduziu drasticamente suas atividades, atuando apenas como arrendatária de espaço de frigorífico e beneficiamento de desembarques.

### **Empresas de comercialização e captura**

O desenvolvimento da malha rodoviária na década de 1960 completou a pavimentação da estrada Rio Grande - Porto Alegre e a construção da ponte sobre o Canal de São Gonçalo. Isso facilitou a utilização de caminhões refrigerados para o transporte de

pescado fresco para os mercados do sudeste do país e também para indústrias de Santa Catarina. As empresas "completas" de Rio Grande deixaram de utilizar navios para o transporte e constituíram frotas de caminhões para a distribuição de seus produtos.

Algumas indústrias sediadas em outros Estados instalaram-se em Rio Grande na década 1970, adquirindo entrepostos para o beneficiamento de pescado e fabricação de gelo. Como exemplo podemos citar a Cooperativa Nipo-brasileira, indústrias pré-existentes como Brasil Atlantic e armadores como a Taiyo Pescados e a Fundação Cristo Redentor, posteriormente Guanapesca, esta última direcionada a fornecer pescado para a Pescal.

Outras indústrias foram constituídas por compradores de pescado, tanto da pesca artesanal na Lagoa como da frota industrial, que inicialmente vendiam peixe fresco para firmas maiores como a Pescal ou para indústrias de outros estados. Algumas destas firmas adquiriram barcos de pesca e caminhões frigoríficos para colocar a produção no mercado de Rio e São Paulo e instalaram suas próprias plantas de beneficiamento e fabricação de gelo. Entre estas podemos citar Promar S.A., Pedro e Orlando Hepp S.A., Junção Pescados e mais recentemente Sidmar Pescado S.A.

### **A FROTA E AS MODALIDADES DE PESCA INDUSTRIAL**

A pesca de alto-mar iniciou em Rio Grande em 1947, por duas embarcações de madeira da empresa Leal Santos construídas em Santos: Albamar e Brisamar, ambas com 23,7 m de comprimento, seguidas por outras duas em 1948, Libertador e Pioneiro de 17,1 e 15,7 m, respectivamente. Estas embarcações operaram no arrasto de parelha até 1952, Nos anos seguintes só pescaram de parelha embarcações sediadas em outros portos. Apenas em 1970 barcos sediados em Rio Grande voltaram a usar parelhas, chegando em 1973 a 22 embarcações (Yesaki & Bager, 1975).

A pesca de arrasto de portas teve um grande impulso em 1952 com a vinda de seis "cutters" escandinavos de pequeno porte trazendo a tecnologia da pesca de arrasto simples – com portas – para peixes de fundo. Os mestres dessas embarcações eram dinamarqueses e vários se radicaram definitivamente em Rio Grande. As tripulações eram de origem local e catarinense. Outros arrasteiros de portas foram se incorporando até atingir 28 barcos em 1973 (Yesaki & Bager, 1975).

A pesca de arrasto inicialmente desenvolvida em menos de 20 m de profundidade entre Rio Grande e Albardão se expandiu a partir de 1953, até atingir Punta Médanos (lat. 37°S) na Argentina. As principais espécies alvo eram corvina (*Micropogonias furnieri*), pescadinha (*Macrodon atricauda*), castanha (*Umbrina canosai*), pescada olhuda (*Cynoscion guatucupa*) e merluza (*Merluccius hubbsi*), as duas últimas em águas uruguaias e argentinas.

Após 1973, quando os convênios bilaterais com Uruguai e Argentina caducaram, a pesca de arrasto se concentrou no sul do Brasil e o arrasto de portas foi perdendo competitividade para o arrasto de parelha, mais eficiente e rentável para níveis de densidades menores. Em 1973 foi descoberto um estoque de pargo-rosa (*Pagrus pagrus*) ao largo de Albardão que passou a ser imediata e intensamente explorado (Yesaki & Barcellos, 1974) levando a uma rápida queda nas capturas já a partir do ano seguinte (Haimovici et al. 1989).

A pesca pelágica na região sul teve seu início em 1961 com a chegada da frota de traineiras sediadas principalmente em Santa Catarina que nos meses de inverno começaram a deslocar-se para a safra de tainha, pampo (*Trachinotus* sp), savelha e, principalmente, anchova (*Pomatomus saltatrix*) (Yesaki & Bager, 1975). Estas traineiras, que inicialmente pescavam em águas costeiras entre Rio Grande e Chui, estenderam sua área de atuação para maiores profundidades e latitudes, e a partir de 1998 começaram a atuar sobre espécies demersais como a corvina. Poucas traineiras tiveram como base Rio Grande, todas pertencentes à família Varela.

Os incentivos fiscais levaram algumas indústrias e armadores locais como Pescal, Albano de Oliveira e Torquato Pontes a investir em embarcações. Em 1969 a Isapeixe encomendou dois barcos de casco metálico de 32 m na Alemanha e em 1970 quatro em Itajaí (Boto, Cação, Espada, Delfim, Arraia e Foca) para a pesca de merluza em águas do Uruguai e Argentina. Estas embarcações pescaram de parelha até 1984 no sul do Brasil. No período 79-80 a Isapeixe começou o arrendamento de barcos estrangeiros para a pesca do atum e posteriormente adquire quatro barcos de pesca de bonito (*Katsuwonus pelamis*) com vara e isca-viva (*Katsushio Maru V, VI, VII, VIII*) junto aos barcos Delfim e Espada que foram transformados para pesca de vara e isca-viva e que ainda hoje formam a frota da Leal Santos.

Com a diminuição da pesca na Lagoa dos Patos na década de 1970, dá-se início à pesca de emalhe fora da Barra desta Lagoa, inicialmente com botes abertos de 8 a 10 m de comprimento que logo são substituídos por barcos maiores, com convés e cabina, que já eram utilizados para o transporte dentro da Lagoa. Em inícios dos anos 1980, havia mais 10 barcos direcionados à pesca de emalhe e, ao final desta década, esta frota, então com mais de 150 unidades, constituía a frota semi-industrial ou costeira (Reis et al. 1994).

Na década de 1980 a empresa Promar S.A. mandou construir na Ebrasa em Itajaí dois barcos com casco de aço (Promar I e II) e Albano de Oliveira S.A. adquire uma parelha da Leal Santos SA. Não há registro de que tenha sido encomendada a construção de barcos novos posteriormente e os poucos adquiridos por indústrias e armadores de Rio Grande eram usados.

Posteriormente desembarcaram em Rio Grande várias novas modalidades de pesca industrial demersal ao longo do litoral do Rio Grande do Sul como arrasto de tangones dirigido a linguados e camarões (Haimovici & Mendonça, 1996), emalhe de fundo dirigido a corvina, castanha, pescada, anchova e cações (Barcellos et al., 1991), espinhel de fundo no talude (Peres & Haimovici, 1998) e emalhe e arrasto no talude. Estas pescarias em geral foram com barcos sediados em outros portos. A pesca de parelha foi a principal responsável pelos desembarques da pesca demersal até 2001, quando os desembarques da pesca de emalhe começaram a superar os do arrasto.

Paralelamente ao processo de diminuição dos desembarques em Rio Grande, houve um incremento nos desembarques nos portos de Santa Catarina que se acentuou na última década (Ibama, 2011).

#### **PRODUTOS PESQUEIROS E DA COMERCIALIZAÇÃO**

Segundo vários dos entrevistados, o mercado do peixe salgado privilegiou produtos de baixo custo. O alvo era o mercado popular do Sudeste e Nordeste, que oferecia uma margem de lucro pequena compensado por um elevado volume de vendas. As espécies mais comercializadas eram bagre, seguido de corvina, tainha e miragaia. Nunca houve uma preocupação em melhorar a qualidade do produto salgado, talvez pela existência de um mercado cativo de grande capacidade de absorção.

Consequentemente, a indústria nacional de salga nunca competiu com o mercado consumidor de maior poder aquisitivo que continuou sendo o do bacalhau importado.

Desde a década de 1930 praticamente todas as indústrias de pescado de Rio Grande trabalhavam com conservas de frutas, legumes, ervilhas e aspargo trazidos de Pelotas. Estas indústrias produziram conservas de savelha, peixe-rei (*Odontesthes spp*), corvina pequena ou cascote (*Micropogonias furnieri*), tainha, e ovas salgadas de tainha e sardinha (*Sardinella brasiliensis*) que vinham de Santa Catarina. O camarão era cozido, descabeçado e salgado em tanques de cimento e podia ser exportado seco, salgado, sob a variante “frescal” (cozido, salgado e ensacado). Além disso, durante a safra, Figueiredo e Leal Santos também enlatavam camarão. Houve tentativas de exportar siri enlatado, posteriormente abandonado por limitações tecnológicas e pela inconstância no fornecimento.

No ano de 1941 foram registrados vários produtos processados, como óleos, ovas, fígado de cação, farinha (como adubo), pescado seco-salgado e conserva em lata (Pimentel, 1944). Durante a 2ª Guerra Mundial, uma fonte de renda importante foi a produção de óleo de fígado de cação, proveniente principalmente do cação-mangona (*Carcharias taurus*), como fonte de vitamina A.

Como consequência do processo de melhoria da infra-estrutura viária iniciado por Getúlio Vargas, no final da década de 1950, a indústria de Rio Grande começou a evoluir para a comercialização de pescado fresco ou congelado restando para a salga cações, bagre e miragaia, além de outras espécies classificadas como de segunda qualidade. Inicialmente, o pescado era enviado em caminhões acondicionados em caixas de madeira com gelo, cobertas de lonas, tendo como destino o mercado de São Paulo. Logo após o início da fabricação dos primeiros caminhões frigoríficos, o pescado de Rio Grande começou a ser enviado congelado inteiro e posteriormente em filé para as praças do Sudeste e Nordeste.

Na década de 1970 o pescado enlatado, utilizado principalmente em lanches, perdeu importância. A partir desta década, frações cada vez maiores das capturas foram sendo destinadas ao consumo como pescado fresco. Com isso, a elaboração de filés e congelados começou a ser realizada com espécies difíceis de comercializar frescas como, por exemplo, a

cabrinha (*Prionotus punctatus*) e pescado importado de Uruguai e Argentina.

Numa tentativa de encontrar um nicho para a produção de filés congelados em grande escala, as indústrias de Rio Grande procuraram os chamados “mercados institucionais” através, por exemplo, de contratos de fornecimento de refeições nas Forças Armadas e grandes empresas como as montadoras de automóveis. Essas empresas fechavam contratos por até 6 meses de fornecimento. No entanto, esse nicho decaiu quando, na década de 1990, as refeições da maioria das grandes empresas foram terceirizadas.

#### **MÃO DE OBRA E RELAÇÕES DE TRABALHO**

Os tripulantes da frota industrial sediada em Rio Grande provêm da pesca artesanal no estado e da pesca industrial de outros estados, principalmente Santa Catarina, que criaram vínculos e se radicaram em Rio Grande. O Sindicato dos Pescadores do Rio Grande (SPRG) foi criado em 1949 no 2º governo de Getúlio Vargas, porém apenas a partir de 1988 passou a se organizar melhor, estabelecendo regras claras para o trabalho dos pescadores industriais. A organização obteve amparo legal na obrigatoriedade do uso de material de proteção, vestimentas adequadas, garantia de salário, seguro de vida contratado pelo armador e convênios de saúde e assistência odontológica. Também negociou o fornecimento de alimentação para os pescadores enquanto o barco está parado para manutenção e reparos.

O SPRG chegou a abranger os municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul, com um máximo de 2468 associados, embora não todos pescadores ativos. No entanto foi perdendo abrangência com a diminuição da pesca sediada em Rio Grande. Já em 2005, apenas 400 eram sindicalizados dos quais 200 pagavam contribuição. Segundo os dirigentes, muitos pescadores saíram da pesca industrial e migraram para a pesca artesanal. O SPRG tem como fontes de ingresso a contribuição de 3% do salário dos pescadores e uma parcela proveniente dos ganhos de ações de tripulantes contra empresas locais e de Santa Catarina junto à Justiça do Trabalho.

Do ponto de vista dos empresários, e sem entrar no mérito da importância social da legislação trabalhista, o salário básico e aportes garantidos assim como as reclamações na Justiça do Trabalho

pelo direito a horas extras ou desrespeito às leis trabalhistas (muitas vezes com ganho de causa pelo reclamante), geraram um custo impossível de prever. Isso tem levado os armadores a requererem uma legislação específica para pescadores embarcados. Os armadores têm relatado dificuldade de custear os impostos e encargos sociais (INSS, Pis-Pasep, Fundo de Garantia) que chegaram a 31,7% sobre os salários mínimos dos pescadores (Diegues, 1983). A alta carga tributária tem levado os armadores dos barcos de menor porte a registrá-los em nome de parentes e conhecidos no regime da “pesca artesanal”, que aporta 3% à previdência (Funrural) e 7% de INSS nas notas avulsas de venda.

Inicialmente, a indústria do pescado de Rio Grande se adaptou às variações e incertezas no fluxo de matéria prima empregando mão de obra avulsa, os “tarefeiros” e “diaristas”, ou seja, operários eventuais. Na década de 1950, a indústria do pescado de Rio Grande tornou-se fonte alternativa de emprego após o fechamento do frigorífico de carnes e embutidos Swift. As empresas maiores incorporaram quadros técnicos como supervisores de produção, de mão de obra e de administração, na época, chamados de “capatazes” que contribuíram para uma melhor estruturação das indústrias. Na década de 1970 o panorama trabalhista mudou. As indústrias foram obrigadas a contratar trabalhadores com carteira assinada. Além dos custos previdenciários, surgiram também outros custos como a contratação de fiscais, montagem de laboratórios, custos estes derivados de exigências do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura.

No período de 1974-1978, a média anual de empregados na indústria pesqueira de Rio Grande foi de 12.178 trabalhadores. No começo da década de 80, havia 15 indústrias de pescado operando em Rio Grande que empregavam 17.000 trabalhadores (Cirg, 1980). No início dos anos 2000, as empresas que funcionaram regularmente em Rio Grande empregaram somente cerca de 1.000 trabalhadores (Martins, 2002).

Na visão dos industriais, a combinação do crescimento das demandas trabalhistas e a diminuição dos rendimentos levaram ao aumento da informalidade em toda a cadeia produtiva do pescado em Rio Grande. A indústria local não teve como competir com os compradores de pescado fresco que encontram meios para escoar a produção para indústrias de outros estados. Muitos mestres/armadores não querem receber com nota, para evitar

uma série de impostos, o que leva às empresas a aceitarem essa situação para evitar a falta de matéria prima.

#### ○ FORNECIMENTO DE MATÉRIA PRIMA

Enquanto vigorou o acesso às águas argentinas e uruguaias, os barcos locais que capturavam essencialmente peixes demersais atendiam bem a demanda de matéria prima para as indústrias. As espécies pelágicas, principalmente anchova, eram capturadas localmente por traineiras catarinenses. Após a extensão da jurisdição do Mar Territorial para 200 milhas por parte de Uruguai e Argentina, diversos convênios foram assinados no marco da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - Alalc (1961/1980) e posteriormente a Associação Latino-Americana de Integração -Aladi de venda de pescado “in natura”, principalmente merluza, para atender a demanda da indústria brasileira. Em 1984, foi assinado um acordo pelo qual por cada 1,3 dólares de peixe industrializado colocado no mercado brasileiro os uruguaios se comprometiam a desembarcar 1 dólar de pescado in natura. No entanto, pouco depois, esses países acharam outros mercados mais atrativos para seus produtos industrializados e também passaram a exportar peixe congelado diretamente para redes de supermercados do Rio de Janeiro e São Paulo, deixando de fornecer matéria prima pra a indústria de Rio Grande.

Frente a redução das áreas de pesca da frota brasileira ao final dos anos 1970 as indústrias locais passaram também a buscar matéria prima junto ao setor artesanal, incentivando a captura de miragaia e bagre no estuário e contribuindo para o colapso da pesca destas duas espécies (Haimovici et al. 1989). A intensa pesca sobre os estoques demersais no sul do Brasil nos anos posteriores a 1975 levou a uma grande queda dos rendimentos e dos desembarques de espécies demersais explorados tanto pela pesca industrial como artesanal (Haimovici et al. 2006b).

Uma fonte de matéria prima para indústria foi e continua sendo o camarão-rosa *Farfantepenaeus paulensis* capturado artesanalmente no estuário. Embora importante, este aporte não é considerado fundamental devido à forte variação anual das capturas que dificultam a previsão da disponibilidade de matéria prima e a compra antecipada de insumos e embalagens para o fechamento dos contratos. Por outro lado, o comércio informal paralelo pode

movimentar uma fração importante das safras pequenas e médias.

## **POLÍTICAS DE ESTÍMULO**

### **Formação de recursos humanos**

A formação de pessoal qualificado para a pesca pode ser considerada como o principal instrumento para o desenvolvimento da pesca. A história das escolas de pesca no Brasil foi recapitulada por Tomas (1989). O maior estímulo à pesca industrial foi a criação da Escola de Pesca Darcy Vargas, em 1938, que a partir de 1949 começou a formação de pescadores de alto-mar. A escola adquiriu inicialmente o arrasteiro Presidente Vargas da Alemanha, e, posteriormente, incorporou outros, o Redentor I e II da Holanda, III, IV e V da Espanha e estimulou o arrendamento de barcos da Dinamarca e Suécia. Os alunos acompanhavam os mestres estrangeiros como aprendizes por vários anos. Muitos dos mestres formados nessa escola comandaram por décadas os barcos de pesca industrial brasileira, inclusive a sediada em Rio Grande. A escola foi extinta em 1971. Outras iniciativas foram a escola de pesca Tamandaré (PE) entre 1950 e 1975, e o Centro de treinamento de pesca da Penha (SC) de 1979 a 1986, que contribuíram para adequar pescadores às novas tecnologias. A tentativa de implementar uma Escola de Pesca em Rio Grande em 1960 não teve êxito e os prédios em construção foram aproveitados pela Marinha para oferecer cursos de Ensino Profissionalizante Marítimo. A partir de 1982, o Departamento de Portos e Costas administrado pela Capitania dos Portos oferece cursos de curta duração para a formação de motorista e patrões de pesca e, desde 1990, de pescador especializado. De um modo geral, pode-se afirmar que não houve uma política de capacitação adequada e permanente dos pescadores da frota industrial de Rio Grande.

Uma manifestação interessante dos responsáveis pelo sindicato dos pescadores em relação à formação da mão de obra que continua atual foi referente ao arrendamento de barcos japoneses e chineses nas décadas de 1970 a 1990. Esses barcos tinham mestre, imediato e 1º motorista estrangeiros. A Leal Santos nacionalizou 4 desses barcos japoneses e hoje opera com 6 (2 brasileiros adaptados), a maioria ainda com oficiais estrangeiros. Os sindicalistas concluíram que não houve formação de tripulação qualificada brasileira. Também disseram que, com pouco

pescado e pouca renda, a pesca atrai trabalhadores de baixo nível de qualificação.

### **Incentivos**

As iniciativas de planejamento para o desenvolvimento da pesca no Brasil têm destaque com a criação do Conselho de Desenvolvimento da Pesca (Codepe) que esboçou o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP), resultando na criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) em 1962. Em 1967 o PNDP tomou forma num corpo de lei possibilitando deduções tributárias para investimentos na pesca. A estrutura legal que consolidava estes subsídios à pesca foi o Decreto-lei nº. 221 de 28/02/1967, que ficou mais conhecido como o Decreto de Incentivos Fiscais à Pesca. Inicialmente, até 25% do imposto de renda devido, e após 1974 até 12%, podia ser investido em projetos de atividades pesqueiras que a Sudepe declarasse de interesse para o desenvolvimento da pesca no país, tais como o do Porto Pesqueiro de Rio Grande, que foi utilizado por várias empresas. Outras linhas de financiamento foram disponibilizadas posteriormente.

Na visão de vários entrevistados, os incentivos e financiamentos foram positivos para algumas indústrias como Pescal, Torquato, Albano e Isapeixe, no entanto outras como Wigg, Abel Dourado, Joqueira e Figueiredo não obtiveram benefícios. Alguns relatos identificam o uso destes incentivos. Por exemplo, em 1970, a família Veloso criou com esses incentivos a firma Wigg e construiu a planta da Barra, mas não conseguiu operacionalizá-la e o governo do estado pediu para Ipiranga assumir o controle.

A conjunção de empréstimos e o decréscimo da produção pesqueira foram particularmente danosos como, por exemplo, no caso de Figueiredo e Cia Ltda., constituída por volta de 1960 como uma empresa tipicamente familiar cujos fundadores eram avessos aos financiamentos. Em 1980, sob a administração dos filhos, são tomados empréstimos junto ao Banco do Brasil para modernizar a linha de produção da empresa. Na época julgou-se que com duas boas safras de camarão e corvina o empréstimo poderia ser pago. Dois anos seguidos de safras ruins, economia altamente inflacionária, juros e correção monetária alta levaram a firma a uma situação de insolvência e ao fechamento em 1990.

Ao longo de dez anos entre as décadas de 1970 e 1980 houve um subsídio ao óleo diesel exclusivo para a pesca direcionada à exportação e utilizada por empresas de grande porte como Pescal e Leal Santos para a pesca de atuns. Mesmo após mais de uma década, as renúncias fiscais e os subsídios não contribuíram para a formação de pessoal qualificado e transferência de know-how que permitissem o desenvolvimento de uma frota nacional de barcos atuneiros de grande porte.

Em 1998 foram regulamentados os atuais subsídios à pesca artesanal e industrial no país: uma isenção do ICMS em nível estadual e um reembolso do governo federal, este último de implementação mais burocrática por depender da Petrobrás, e dos Ministérios de Minas e Energia, Agricultura, Indústria e Comércio. Na atualidade, a presença de um forte sindicato de armadores em Itajaí vem contribuindo para que os subsídios venham sendo utilizados com maior eficiência pelo setor pesqueiro industrial de Santa Catarina.

## DISCUSSÃO

A análise conjunta de documentos e trabalhos acadêmicos e das entrevistas levou à conclusão de que várias foram as causas que contribuíram para o declínio da indústria pesqueira sediada em Rio Grande. A grande maioria dos entrevistados atribui a maior responsabilidade na redução da matéria prima. O desenvolvimento inicial da pesca industrial em Rio Grande foi em grande parte baseado nos recursos demersais capturados em águas do Uruguai e Argentina. O planejamento estratégico e investimentos das indústrias estavam fortemente atrelados ao acesso a estes recursos. Com o fim dos acordos de pesca com estes países, os recursos demersais pescados no sul do Brasil não foram suficientes para sustentar a atividade pesqueira de uma frota e instalações industriais dimensionadas para outra escala de produção e com um forte interesse na exportação.

A extensão das águas territoriais para 200 milhas foi uma externalidade difícil de prever tanto pela indústria como pelo governo brasileiro. A política de renúncias fiscais e empréstimos a baixo custo que a precedeu e que aumentou o poder de pesca da frota brasileira piorou o quadro ao estimular uma exploração não sustentável dos recursos demersais. É interessante apontar que a única indústria de grande porte que persistiu em Rio Grande, a Leal

Santos, conseguiu já na década de 1980 redirecionar seu foco, para recursos pelágicos como atuns e bonitos capturados em águas brasileiras que vêm se mostrando mais resiliente.

A indústria pesqueira de Santa Catarina, por estar fortemente baseada em recursos pesqueiros pelágicos como sardinha, atuns e bonitos, sofreu menos com o decréscimo na pesca de recursos demersais e se consolidou como o polo pesqueiro da região sudeste-sul, atraindo inclusive indústrias de Rio Grande que mudaram sua sede para Santa Catarina.

Não foi apenas a diminuição na quantidade de pescado desembarcado que prejudicou a indústria pesqueira sediada em Rio Grande. Houve também mudanças nos padrões de consumo. Tanto no Brasil como no mundo, o peixe fresco passou a ser mais valorizado que o congelado (FAO, 2010) e os armadores perderam interesse em vender sua produção às indústrias, preferindo apenas utilizar as indústrias como prestadoras de serviços de descarga, lavagem e gelo, para eles mesmos enviarem o produto fresco aos mercados do centro do país.

Outro fator é a localização geográfica. A partir de fins da década de 1970, uma proporção crescente da pesca no litoral do Rio Grande do Sul foi desembarcada em Itajaí e mais recentemente em Laguna e Passo de Torres (Cardoso e Haimovici, neste volume). A posição geográfica de Rio Grande no extremo sul do país, antes vantajosa pela proximidade dos pesqueiros do Uruguai e Argentina, tornou-se menos adequada em comparação à Itajaí, localizada no centro da região sudeste-sul e mais próxima dos grandes mercados consumidores.

É atribuída à Itajaí uma maior integração da produção com a industrialização e a presença local da indústria naval, fatores estes que certamente contribuem ao maior dinamismo do setor pesqueiro nesse porto. Este aspecto, porém pode ser considerado como resultante e não como causa. Vários dos entrevistados atribuem ao Estado de Santa Catarina políticas de maior incentivo e menores entraves trabalhistas. Considera-se que, embora possam explicar situações pontuais, provavelmente não foram fundamentais no estabelecimento das tendências.

Como é de praxe, todos os entrevistados lamentam que medidas de controle não tenham sido aplicadas para evitar a diminuição dos estoques demersais da região sul. De um modo geral, desde a época da SUDEPE e, mais recentemente, da SEAP e

MPA, a intervenção federal na pesca sempre foi mais eficaz nas medidas de estímulo do que nas de controle. Embora os efeitos negativos de políticas de estímulo sem um planejamento adequado sejam conhecidos (Abdallah & Sumaila, 2007) e exista um amplo arcabouço de medidas legais referentes à pesca na região sul (Haimovici et al., 2006a), embasadas em estudos científicos de avaliação de estoques (Haimovici et al. 2006b) para uma síntese), as diversas iniciativas de controle de esforço via concessão de licenças, áreas protegidas, épocas de defeso ou regulamentação de tamanhos de malha não contaram com a participação ativa do principal interessado, o setor produtivo. A criação do Fórum Permanente da Pesca Marinha do Sul do Brasil em 2011, com a participação de armadores, pescadores, universidades e instituições governamentais, pode vir a ser o começo de um manejo mais comprometido com a sustentabilidade dos recursos pesqueiros da região sul.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos entrevistados Paulo Edison Pinho, presidente do Centro de Indústrias do Rio Grande; Rhuda Silveira, diretor comercial da firma de industrialização e comercialização de pescado Figueiredo e Cia Ltda; Paulo Antônio Juliano, gerente de comércio exterior da firma Junção Pescados; Jorge Melo, armador; Torquato Pontes Neto, industrial e armador; Armando Duarte da Silva, diretor de pesca de Leal Santos Alimentos; Claudiomir dos Santos e Jader Gomes Scholansee, tripulantes de barcos de pesca de bonito; Albano de Oliveira, industrial e armador; Antonio Bráulio Anderson Elles e Carlos Roberto Silva Medeiros, presidente e secretário e tesoureiro do Sindicato dos Pescadores do Rio Grande, Maria Odette, chefe do serviço de fiscalização do CEPERG/IBAMA; Pedro Ricardo Varela, armador e mestre na pesca e Bjarne Bager, mestre de pesca PDP/SUDEPE). Agradecemos também a participação Denis Hellebrandt da Silva em várias entrevistas.

## REFERÊNCIAS

- Abdallah, P. R. & Sumaila, U.R. 2007. An historical account of Brazilian public policy on Fisheries subsidies. *Marine Policy*, 31:444-450.
- Barcellos, L.J.P.; Peres, M.B.; Wahrlich, R. & Barison, M.B. 1991. Otimização bioeconômica dos recursos pesqueiros marinhos do Rio Grande do Sul. Rio Grande, RS. Fundação Universidade do Rio Grande Furg. 58p.
- Cardoso, L.G. & Haimovici, M. 2013. Aspectos sociais e ecológicos da pesca costeira baseada em Passo de Torres, Santa Catarina, Brasil. Capítulo 5:xx-xx. In: Haimovici, M.; Andriquetto, J.M. & Sunye, P. (org). A pesca marinha e estuarina no Brasil: abordagem multidisciplinar aplicada a estudos de caso. Editora da Furg.
- Cirg, 1980. Perfil da Indústria Pesqueira do Rio Grande – Março – 1980 - 1ª Feira Nacional da Pesca.
- Diegues, C.A.S. 1983. Pescadores, camponeses e trabalhadores do Mar, Série Ensaio Ática Editora, 287p.
- FAO. 2010. The state of world fisheries and aquaculture FAO Fisheries and Aquaculture Department Food And Agriculture Organization of the United Nations, Rome, 197p.
- Ibama.2011. Estatística da pesca: Brasil, grandes regiões e unidades da federação, 2000 a 2007. MMA – Tamandaré. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/estatistica-pesqueira>. Acesso em: 2/04/2011.
- Haimovici, M. & Mendonça, J.T. 1996. Análise da pesca de tangones de peixes e camarões no sul do Brasil. *Atlântica*, 18:143-160.
- Haimovici, M.; Pereira, P. & Vieira, P. C. 1989. La pesca demersal en el sur de Brasil en el período 1975/1985. *Frente Marítimo*, 5:151-163.
- Haimovici, M.; Vasconcellos, M.; Kalikoski, D. C.; Abdalah, P.; Castello J. P. & Hellebrant, D. 2006a. Diagnóstico da pesca no Rio Grande do Sul. In: Isaac, V.; Martins, S. A.; Haimovici, M. & Andriquetto, J. M.(ed.) A Pesca Marinha e Estuarina do Brasil no Início do Século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Uso e Apropriação de Recursos Costeiros - Modelo Gerencial da Pesca, Instituto do Milênio/CNPq Editora Universitária UFPA, Belém, 157-180.
- Haimovici, M.; Rossi-Wongtschowski, C.L.D.B.; Cergole, M. C.; Madureira, L.S.; Bernardes, R. A. & Ávila-da-Silva, A. O. 2006b. Capítulo 6: Recursos pesqueiros da região Sudeste-Sul, 207-242. In: Programa REVIZEE: Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva: Relatório Executivo. Brasília. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. 280p.
- Martins, C. A.2002. No trabalho dos pescadores artesanais a Lagoa dos Patos vive e dá vida. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 119(47). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-47.htm>. Acesso em: 01/10/2011.
- Odebrecht, C. 2003. A Lagoa dos Patos no século XIX na visão do naturalista Hermann von Ihering. Editora Ecoscientia, Rio Grande, 100p.
- Peres, B.M. & Haimovici, M. 1998. A pesca dirigida ao cherne poveiro *Polyprion americanus* (Polyprionidae, Teleostei). *Atlântica*, 20:141-161.
- Pimentel, F. 1944. Aspectos Gerais do Município de Rio Grande. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>.

Acesso em: 12/09/2011.

- Reis E. G.; Vieira, P. C. & Duarte, V. S. 1994. Pesca artesanal de teleósteos no estuário da Lagoa dos Patos e costa do Rio Grande do Sul. *Atlântica*, 16:55-68.
- Yesaki, M. & Barcellos, B. N. 1974. Desenvolvimento da Pesca do Pargo-Róseo ao Largo da Costa Sul do Brasil. Documento Ocasional nº6 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil, PNUD/FAO – MA SUDEPE, 15p.
- Yesaki, M. & Bager, K. J. 1975. Histórico da evolução da pesca industrial em Rio Grande. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil PNUD/FAO: Ministério da Agricultura SUDEPE. Série Documentos Técnicos 11:1-15.